



CAPITAL SOCIAL E A REALIDADE DAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS MUNICÍPIOS NORTE-MINEIROS COM BAIXO IDHM

PIMENTA, Wesley Ribeiro Carvalho

Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

E-mail: wesleyrcp@gmail.com

NASCIMENTO, Geusiani Pereira Silva e

Professora Mestre do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; pesquisadora do Projeto 10envolver.

E-mail: geusisocial@yahoo.com.br

SILVA, Tathiane Paraíso da

Professora Mestre do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; pesquisadora do Projeto 10envolver.

E-mail: tatymoc@hotmail.com

48

RESUMO

Cinco municípios norte-mineiros estão entre as localidades brasileiras com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM. Incitado por essa realidade desfavorável, que provoca substanciais impactos na qualidade de vida das pessoas, e em observância às possibilidades de fortalecimento das instâncias de participação popular, analisa-se o Projeto 10envolver da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social – CIMOS, do Ministério Público. Tendo como referência o estudo dos relatórios produzidos, entre 2013-2014, por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, parte-se, neste trabalho, das vivências e dificuldades das instâncias de participação popular dos municípios de Bonito de Minas, Gameleiras, Pai Pedro, Indaiabira e Fruta de Leite, para melhor compreensão das estratégias de fomento ao empoderamento social e de incremento desse Índice.

Palavras-Chave: Capital social. Projeto 10envolver. Ministério Público.

ABSTRACT

Five north-miners among Brazilian municipalities are localities with low Human Development Index - IDHM. Prompted by this unfavorable fact that causes substantial impacts on quality of life, and with respect to the possibilities of strengthening the opportunities for citizen participation, analyzes the design 10envolver the Coordination of Social Inclusion and Mobilisation - CIMOS, the Public Ministry. With reference to the study of the reports produced between 2013-2014, by researchers at the Federal University of Minas Gerais - UFMG and the State University of Montes Claros - UNIMONTES if part of this work, the experiences and difficulties of opportunities for citizen participation the municipalities of Beautiful Mine, Gameleiras, Father Peter Indaiabira Fruit and Milk, for better understanding of strategies to promote social empowerment and increment that index.

Key-words: social capital. Project 10envolver. Public Ministry.



1. Introdução

Ao contextualizar o IDH dos 05 municípios norte-mineiros (Bonito de Minas, Gameleiras, Pai Pedro, Indaiabira e Fruta de Leite) com a realidade nacional tem-se uma expressiva disparidade socioeconômica e política: eles também se situam entre os territórios com os mais baixos índices de desenvolvimento humano de todo o país. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, entre os Estados situados nas posições extremas tem-se o Distrito Federal no 1º lugar, com IDH de 0.824, e o de Alagoas, no 27º lugar, com IDH de 0.631. No ano de 2010, em relação ao IDH dos 5.565 municípios do Brasil, Gameleiras/MG ocupava a posição 3.115ª, Indaiabira/MG a 3.902ª, Pai Pedro/MG ocupava a 4.395ª posição, Fruta de Leite/MG a 5.277ª e Bonito de Minas/MG, quase no final do ranking, ocupava a 5.345ª posição.

Estes municípios, por sua vez, estão assim situados no ranking das 853 localidades mineiras com maior e menor IDH:

Quadro 1 – Posição dos municípios com menor IDH no Estado de Minas Gerais

Posição	Lugares	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
545 °	Gameleiras (MG)	0.650	0.559	0.796	0.618
747 °	Indaiabira (MG)	0.610	0.575	0.804	0.490
791 °	Bertópolis (MG)	0.594	0.576	0.799	0.455
801 °	Pai Pedro (MG)	0.590	0.520	0.760	0.520
806 °	Crisólita (MG)	0.585	0.579	0.799	0.432
842 °	Novo Oriente de Minas (MG)	0.555	0.568	0.754	0.400
845 °	Fruta de Leite (MG)	0.544	0.548	0.792	0.370
847 °	Setubinha (MG)	0.542	0.536	0.743	0.400
848 °	Monte Formoso (MG)	0.541	0.523	0.765	0.396
851 °	Bonito de Minas (MG)	0.537	0.514	0.776	0.388

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD (2013)

Sabe-se que entre os ditos 853 municípios mineiros, Nova Lima/MG ocupa o 1º lugar, tendo o melhor IDH (0.813) e, São João das Missões/MG o de pior IDH mineiro (0.529). Entre os municípios norte-mineiros, Gameleiras/MG se destaca pelo seu IDH-M de 0.650 e, na posição mais desfavorável, identifica-se Bonito de Minas/MG com IDH-M de 0.537. Em



termos gerais, das 27 unidades da Federação, Minas Gerais ocupa a 9ª posição entre os de melhor IDH, justamente por este se equivalente a 0.731.

A vulnerabilidade existente nos territórios norte-mineiros se mostrou nítida a partir do conhecimento público sobre os indicadores de saúde, educação, renda, entre outros. Ao mesmo tempo suscitaram-se alguns questionamentos sobre a capacidade da gestão local e das instâncias de participação popular (associações comunitárias, conselhos, colegiados e movimentos sociais diversos) em construir estratégias efetivas para o incremento do referido IDHM.

Estudos como o de Putnam (2000), ao investigar as desigualdades de desenvolvimento entre o norte e o sul da Itália, por cerca de vinte anos, avaliaram os impactos da descentralização administrativa dos governos para a diminuição das desigualdades, analisando a relação entre o desempenho observado e a "natureza da vida cívica" das pessoas. Há uma reflexão acerca dos motivos que levam uma região a se desenvolver mais do que outra apesar de possuírem, na ocasião da pesquisa, os mesmos mecanismos e moldes institucionais.

Por meio desse intenso processo de verificações apreendeu-se que as diferenças na vida cívica se tornam fatores determinantes do desempenho das instituições e na obtenção de qualidade de vida. Assim sendo, o contexto histórico o qual se estabeleceram o sul e o norte da Itália, até a sua unificação, remontam diferenças nos regimes políticos, bem como nas tradições de engajamento cívico. Um indicativo importante é a existência de capital social, que acontece na dimensão dos relacionamentos, na relação de confiança geral e interpessoal, na capacidade de associatividade para a produção de bens coletivos. Certamente, a qualidade do capital social construído produz efeitos favoráveis ao desenvolvimento local.

Para autores como Kliksberg e Rivera (2007), sociedades com alto grau de capital social positivo tendem a investir em capital humano. Quando capital social e capital humano se combinam há uma forte tendência de gerar capital construído e logo um melhor proveito dos recursos naturais. A confiança entre os membros da comunidade, ou o modo como os indivíduos se percebem, trata-se de um elemento importante, pois o baixo ambiente de confiança mina as possibilidades de um governo democrático. A participação social se torna muito mais um discurso ideológico do que uma ação prática. Certamente, a maneira como as pessoas se comportam perante interesses públicos tem repercussão na economia, na sociedade e, porque não dizer, nos valores éticos.

A compreensão dos resultados desse estudo, contextualizados à realidade sócio-histórica, política e econômica de 10 (dez) municípios mineiros com baixo IDH oportunizou a



construção de uma ação intersetorial para análises e possíveis intervenções nesse contexto. Diante desse contexto de fragilidades locais é que os primeiros esboços do Projeto 10envolver foram formatados e apresentados dentro do Ministério Público, para apreciação, mobilização e envolvimento dos seus profissionais, principalmente dos promotores regionais que fazem parte da CIMOS, da Escola Institucional do MP, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e das promotorias locais situadas nessas regiões.

A partir de uma rede que desencadeia várias ações é que foi elaborado o Projeto 10envolver. O seu embrião primeiro, pode-se dizer, está ligado aos estudos de Lima (2009) e da sua atuação enquanto pesquisador, Promotor de Justiça, Coordenador Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Rio São Francisco, Sub-bacia Rio Verde Grande e Pardo e, mais recentemente, coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).

Indicativos sobre a questão ambiental, socioeconômica, cultural e política de alguns municípios influenciaram a decisão de se construir uma proposta de pesquisa-ação que, de certa forma, instigasse outros sujeitos, entidades e instituições sobre a necessidade de transformação social das localidades degradadas e pauperizadas que, por sua vez, tinham em 2010, indicadores de desenvolvimento humano fragilizados.

Outra questão passível de investigação é a pouca mobilidade sócio-política das entidades e organizações sociais, tais como conselhos, associações, colegiados escolares e movimentos religiosos existentes nessas localidades, apesar do significado dessas instâncias de participação popular para a efetividade do controle social. De acordo com Lima (2009), “o capital social e o fortalecimento institucional são pontos favoráveis ao maior desenvolvimento” (LIMA, 2009). Baseando-se nesses entendimentos procura-se compreender os motivos da permanência desses municípios entre aqueles de menor IDHM do Estado de Minas.

Reconhece-se, social e historicamente, que o Ministério Público é uma instituição importante não apenas para a esfera criminal, mas para a defesa dos direitos humanos no seu sentido mais amplo. Enquanto defensor desses direitos também pode agir preventivamente, mas, por conta da diversidade de demandas, recursos, possibilidades, especificidades e complexidades, o MPMG não consegue enfrentar, e/ou resolver sozinho, grande parte dos problemas sociais identificados a partir das demandas recebidas.

Com base nesses indicativos é que o Projeto 10envolver se propõe a conhecer, diagnosticar, analisar a capacidade institucional e acompanhar a dinâmica de dez municípios



de Minas Gerais, com essas mesmas características referenciadas: Bonito de Minas, Fruta de Leite, Pai Pedro, Indaiabira e Gameleiras (pertencentes à mesorregião do norte de Minas); Crisólita, Setubinha, Novo Oriente de Minas e Bertópolis (inseridos no Vale do Jequitinhonha), e Monte Formoso (no Vale do Mucuri). O desejo é que o Projeto 10envolver se desdobre em ações exitosas por um período mínimo de 05 anos. Assim, buscam-se plantar a semente e já perceber os seus frutos e a sustentabilidade do que foi construído nessas localidades.

Ao ser compartilhado, outros saberes, olhares e contribuições teórico-metodológicas foram agregadas ao escopo do Projeto. Ampliou-se a participação e envolvimento com algumas instituições de ensino do Estado, tais como a Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, a Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM; a Universidade Federal de Viçosa e Fundação Universidade de Itaúna. Na medida em que é executado, o Projeto 10envolver incorpora novas demandas e, para tanto, sinaliza a necessidade do envolvimento de outros parceiros como do Poder Executivo e Legislativo de Minas Gerais, do apoio financeiro do Fundo especial do MPMG e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP.

Foi por considerar o seu papel social e o reconhecimento das ações até então desenvolvidas que a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES foi convidada a participar desse processo de implementação, execução e acompanhamento dos trabalhos a serem desenvolvidos em 05 dos 10 municípios com baixo IDH (Bonito de Minas, Fruta de Leite, Pai Pedro, Indaiabira e Gameleiras), justamente por estes se situarem no norte de Minas, principal área de abrangência dessa instituição de ensino superior. Na oportunidade, destacam-se as contribuições relacionadas ao ensino, à pesquisa e extensão desenvolvidas em toda a mesorregião, pelo Mestrado em Desenvolvimento Social dessa universidade. Potencialmente, os trabalhos de pesquisa-ação nos outros 05 municípios do Vale do Jequitinhonha e Mucuri passaram a ser coordenados pela UFVJM, até pela sua localização sócio-espacial.

Nesse ínterim, as ações desenvolvidas no Projeto 10envolver se desdobraram em três etapas que vai desde a produção de conhecimentos sobre a dinâmica socioeconômica, política, cultural e ambiental dos territórios e das instâncias de participação popular existentes nesses municípios até a construção coletiva de planos de intenções e projetos a serem executados para promoção do empoderamento popular e para melhoria da qualidade de vida de todos os municípios. Aqui se legitimam os discursos de Japiassu (1976, p.74) ao dizer que a



interdisciplinaridade revela “a intensidade das trocas entre os especialistas” e a interação entre as disciplinas e a comunidade, a fim de alcançar determinado resultado.

Cabe ainda dizer que as instâncias de participação popular, historicamente, são as principais referências frente à operacionalização do controle social, enquanto conquista da sociedade civil e instrumento da democracia que se opõe às formas de governo não democrático (BOBBIO, 2000). É pelo exercício e efetividade do Controle Social que se legitima “a participação dos cidadãos no exercício do poder colocando a vontade social como fator de avaliação para a criação e metas a serem alcançadas no âmbito de algumas políticas públicas” (FONSECA, 2009). A integração da sociedade com a administração pública se dá através dessa forma de controle a fim de solucionar os problemas sociais locais com maior eficiência.

2. Olhares sobre as percepções e as ações realizadas pelo projeto 10envolver: alguns resultados preliminares

O Projeto 10envolver se desdobra, no ano de 2013, em três etapas cruciais: de aproximação e apresentação; de produção de conhecimentos e intervenção; de trocas a partir da socialização dos resultados dos trabalhos até então desenvolvidos e construção de planos de intenções e projetos de ação para cada um desses territórios.

A primeira etapa se orientou pela apresentação da proposta às instâncias de participação e ao Poder Público local. Nesse momento inicial foram realizadas aproximações entre universidades e a comunidade, o percorrimento por toda a extensão territorial dos municípios bem como diagnósticos sociais com o intuito de produzir mais conhecimentos sobre a realidade sócio-espacial de cada localidade. Foi a partir dessa fase que as concepções de empoderamento social ficaram mais nítidas e fortalecidas.

O empoderamento social, nesse contexto, não é entendido como o simples ato de “dar” poder a outrem. Os profissionais externos à realidade local não são agentes desse empoderamento e nem os sujeitos mais importantes desse processo de mudança. Pelas experiências advindas das ações realizadas pelo Projeto 10envolver nos 05 municípios do Norte de Minas tem-se a certeza de que esse entendimento, além de claro, deve compartilhado amplamente, até porque, no contexto sócio-econômico, político e cultural dessas localidades, muito se espera da “ajuda” assistencialista de outros sujeitos e instituições, que porventura irão trazer o “desenvolvimento” que almejam.



O ideal é que o empoderamento tenha uma dimensão comunitária, principalmente, quando se considera que múltiplas formas de dominação verticalizada se fizeram presentes na trajetória sócio-histórica e política do Brasil. Deseja-se que os indivíduos tenham a capacidade de decidir e participar democraticamente sobre as questões que lhes dizem respeito. Reforçam Horochovski e Meirelles (2007, p.486) que empoderar “é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão”. Portanto, são sujeitos ativos e não passivos desse processo.

Ao priorizar tais discussões, não se descarta, por exemplo, a necessidade de empoderamento individual, por este resultar “da percepção que os sujeitos têm de/em suas interações com ambientes e pessoas”. Segundo Baquero (2012, p.176-177), esse tipo de autonomia socialmente construída fortalece as habilidades dos indivíduos “de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida. Diz respeito ao aumento da capacidade de os indivíduos se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas”. Assim sendo, pode os seus resultados podem ser medidos pelos indicativos de aumento da autoestima e da autoconfiança das pessoas.

Isso quer dizer que o empoderamento deve articular dimensões individuais com coletivas, até porque, argumenta a autora supracitada esse ato de empoderar “envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influência nas ações do Estado” (BAQUERO, 2012, p.177-178). Significa potencializar as estratégias de mobilização popular, fortalecer as instâncias existentes e qualificar as políticas e serviços públicos que atendam as mais distintas especificidades locais e necessidades sociais.

Todo esse entendimento se faz necessário quando se percebe, de fato, a necessidade de aglutinar ideias e ideais em municípios com pequeno contingente populacional (todos com menos de 10.000 habitantes); com fortes características rurais e com graves situações de risco e vulnerabilidade social em toda a sua extensão territorial. Por meio do Projeto 10envolver já se percebeu, inclusive, a influência político-partidária nas decisões e na execução das políticas públicas locais, além da carência do acesso aos bens, serviços públicos e oportunidades sociais para melhoria da condição de vida de toda população.

Ainda nos trabalhos iniciais de campo, os profissionais das universidades visitaram grande parte das comunidades rurais de cada um dos 05 municípios com menor IDH do Norte



de Minas. A intenção era de perceber as disparidades existentes no território, principalmente frente ao acesso aos bens e serviços públicos, além de aproximar da cultura local e dos modos de vida dos munícipes. Foi por meio dessa ação que um fato curioso foi trazido à tona: municípios como o de Pai Pedro/MG que, aparentemente, possui pior condição de vida até pelas consequências dos períodos de estiagem, de “seca” e das escassas oportunidades de geração de emprego e renda existentes, supera o IDH de Bonito de Minas/MG, cujas veredas, potencialidades e acesso a recursos naturais como a água são notórias.

Isso quer dizer que o olhar sobre a condição de vida nas regiões centrais de um município deve se estender para a apreensão dos modos de vida de toda a população em todo o território. A qualidade, frequência e acesso aos serviços públicos, por exemplo, não é o mesmo entre a zona urbana e a zona rural de um mesmo lugar. Deste modo, por mais que a aparência da vida urbana indique melhoria de vida, deve-se analisar a realidade das extremidades municipais que podem, inclusive, provocar efeitos negativos frente à mensuração do IDH-M.

Dentre as possíveis justificativas para tal disparidade tem-se a precária condição de vida dos bonitenses que residem há mais de 130 km da sede municipal, não contando o pouco acesso destes aos seus direitos sociais básicos. Tal percepção pode ser reforçada pela exposição das seguintes figuras (imagens) dessa realidade local:

Figura 1 – Residência situada na extensão territorial do município de Bonito de Minas/MG



Fonte: foto tirada pelos profissionais da CIMOS em junho de 2013.



Figura 2 – Sanitário de uma residência no município de Bonito de Minas/MG



Fonte: foto tirada pelos profissionais da CIMOS em junho de 2013.

As figuras 1 e 2 apresentadas acima sinalizam parte dos contrastes existentes dentro de um mesmo município, considerado como de pior IDH entre os territórios Norte Mineiros. Foram justamente por meio dos trabalhos de campo, de visitação e percorrimto territorial que se p de verificar que muitas famílias ainda se encontram em situa es de pobreza extrema, seja pela falta de recursos financeiros, seja pela falta de acesso às condi es dignas de sobrevivência.

Em Bonito de Minas/MG, muitas famílias situadas nas suas extremidades territoriais, moram em casa de adobe, com piso de areia, sem acesso a alimenta o adequada, aos serviços públicos com a frequência e qualidade necessária; não têm acesso a sanitários (muitos tomam banho e fazem as suas necessidades nas proximidades do rio); se deslocam muito pouco para o centro da cidade, por conta da falta de recursos, da distância e das condi es arenosas das estradas. Até a sensibiliza o e articula o das associa es comunitárias se torna complicada considerando a sua dispersão sócio-espacial nas comunidades rurais e as escassas fontes de recursos e apoio motivadores de uma efetiva e maior participa o popular.

Em todos os municípios atendidos, v -se a pouca existência de espaços públicos para a prática de esporte, do lazer e de atividades culturais. Potencialmente, constatou-se que grande



parte das famílias, até pela falta de emprego e/ou qualificação, sobrevivem dos benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família. Mesmo assim, de forma preconceituosa, este é acusado de provocar “comodismo” nessas famílias que, por inúmeras razões, são privadas do acesso às políticas públicas e às oportunidades sociais que poderiam promover o bem estar e maior autonomia dos sujeitos.

Assim, se a ideia de empoderamento sustentada pelos profissionais partícipes do Projeto 10envolver fosse verticalizada, os resultados obtidos tenderiam para uma maior centralização das ações e decisões além do fomento de uma grande passividade dos envolvidos e possíveis beneficiários. Deste modo, acredita-se que todo o processo educativo, cujo principal objetivo seja a transformação social, se dá numa lógica relacional, de autogestão, em que os envolvidos se percebam como sujeitos de sua própria história e da mudança social que aspiram.

Na literatura teórico-crítica brasileira vislumbra-se que ninguém “dá” autonomia a ninguém, do mesmo modo que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1981, p.27). Trata-se de um processo de construção, de conscientização e de “passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica”. E isso só acontece no ato de ação-reflexão humana, motivada pela análise de suas causalidades e finalidades. Assim, deseja-se que essa liberdade, oposta aos estados e situações de privação, amplie a participação social e contribua para a promoção de uma maior autonomia dos indivíduos.

Ao primar pela descentralização das discussões, pela ampliação da participação popular e pela horizontalidade das ações, enquanto princípios legitimadores buscam-se, a partir da interação dos profissionais do NEPISS no Projeto 10envolver, promover uma sinergia entre as instituições parcerias e os sujeitos locais para o alcance do empoderamento local. Até porque, expectativas estão sendo geradas pela observância das possibilidades de transformação social a serem conquistadas por meio desse envolvimento popular a ser operacionalizado num período mínimo de 05 anos.

A segunda etapa do Projeto 10envolver, de produção de conhecimentos e intervenção social, aconteceu entre os meses de junho e julho de 2013 e se destaca pelo seu significado e pelos resultados até então obtidos. Em parceria com o Poder Público local, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com a EMATER foram mobilizados vários representantes das associações comunitárias, dos conselhos municipais, do colegiado escolar e lideranças religiosas para o desenvolvimento de um trabalho mais intenso, em local de referência no



município, para a discussão e análise dos principais problemas enfrentados por essas instâncias de participação popular na realização dos seus trabalhos.

São ínfimas as instâncias de participação popular que não carecem de uma melhor estrutura e condição de funcionamento. As associações comunitárias, em sua maioria, não têm sede própria e, as que possuem, não têm condições de funcionamento (cita-se o exemplo de duas associações de pequenos produtores rurais de Pai Pedro que possui uma beneficiadora de arroz, mas não têm acesso à energia elétrica suficiente para a sua operacionalização. A outra possui sede, mas não possui assentos para os associados participarem das reuniões).

A realidade vivenciada pelos conselhos ainda é mais complicada. Além de não terem sede própria, e mesmo sinalizando a importância da criação de uma “casa de conselhos”, até para maior legitimidade da instância frente à população, necessitam de condições de funcionamento que vai do acesso a um telefone, um computador com impressora, até a carência de um carro para atendimento das inúmeras demandas cotidianamente identificadas. Cabe aqui ressaltar que, um Conselho Tutelar, por exemplo, na falta de um papel, de condições dignas de trabalho e de um carro, pode violar outros direitos e/ou pode não desenvolver o trabalho que lhe compete enquanto “zelador” dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em caso de denúncia ou situação de violências, essas necessidades se tornam ainda mais críticas.

Até as lideranças comunitárias também sinalizam a necessidade de uma estrutura de referência para qualificação das ações empreendidas. Este é o caso de todas as Pastorais da Criança, de todos os 05 municípios atendidos pelo Projeto 10envolver e, especificamente, da paróquia de Pai Pedro que possui uma matriz em situação de risco infra-estrutural, além de não possuir o próprio documento que comprove a posse do terreno. Essa também é a grande dificuldade de várias famílias residentes nesses territórios. Muitas são privadas do acesso a projetos e benefícios sociais, como da aposentadoria rural, por não terem os documentos que comprovem a regularidade fundiária do imóvel que residem.

Grande parte das associações também não é regularizada, quanto às exigências legais para o seu funcionamento. Muitos presidentes desconhecem as exigências, outros (que é a maioria) não possuem os recursos financeiros e nem o apoio institucional para o pagamento de taxas e demais tributos imprescindíveis para o seu registro. Acusam que os únicos recursos das associações são dos próprios associados que, em média, contribuem com cerca de R\$ 1,00 a R\$ 2,00 para o pagamento das despesas dessa instância. Os associados, por sua vez, não vêm



muitos benefícios em ser um associado, frequente e participativo, a não ser quando precisam da organização para encaminhamentos junto à previdência social.

Os colegiados escolares, quando existentes, sinalizam as dificuldades vivenciadas pelas escolas no desenvolvimento dos seus trabalhos. Para começar destacam-se as comunidades de abrangência dessas escolas que, em sua maioria, podem ser consideradas em situação de risco e vulnerabilidade social. Representantes de uma escola de Gameleiras/MG, a esse exemplo, incisivamente destacam o alto indicativo de adolescentes grávidas e o uso abusivo de álcool pelos alunos e familiares de uma determinada região.

Poucas escolas possuem estrutura nova, adequada e em condições de oferta de um ensino público de qualidade. Em algumas delas, o acesso à comunicação é quase impossível pela falta do acesso à linha telefônica. Em outras, as principais dificuldades se relacionam com a pouca legitimidade do regimento escolar e a pouca adequação do currículo escolar nacional, ou estadual, à realidade de municípios tão carentes, com poucos recursos e baixo IDH.

É comum, em todas as instâncias de participação popular dos municípios de Gameleiras/MG, Indaiabira/MG, Fruta de Leite/MG, Pai Pedro/MG e Bonito de Minas/MG, o pouco entendimento das lideranças sobre o objetivo de constituição de cada associação, conselhos, colegiado e movimentos religiosos bem como as suas próprias competências e responsabilidades perante a organização. A falta de informação, de assessoria técnica, por exemplo, tem induzido à manipulação popular, principalmente, no que diz respeito às questões político – partidárias.

Em Fruta de Leite/MG, de forma mais nítida, se percebe como os interesses e discursos político-partidários incidem sobre a vida cotidiana de sua população. Indícios dessa mesma influência são percebidos na gestão das políticas públicas e sociais que poderiam contribuir, indistintamente, para o bem estar e melhoria da condição de vida de todos os munícipes. Essa questão é tão séria e tão explícita que, no âmbito escolar, vê-se a dificuldade de educadores em realizar atividades tão simples como a comemoração de dias festivos e cívicos sem, com isso, ser “rotulada” como beneficiadora de um ou outro partido político.

Há, em todas as instâncias e na própria população residente, um frágil entendimento sobre cidadania, democracia, sobre os direitos e as legislações sociais. Por conta disso, atuam em inúmeras situações de forma paliativa, resignada, com pouco conhecimento e/ou de forma equivocada. Em termos gerais têm a dificuldade de refletir sobre as principais causas e efeitos



dos problemas que eles próprios vivenciam e, por isso, tendem a procurar os “culpados” exclusivos pela situação em que vivem.

Não percebem que as respostas públicas para o enfrentamento das expressões da questão social são de ordem macroestrutural sob uma forte influência das lógicas neoliberais. Consequentemente, culpabilizam as famílias, as populações tradicionais, os mais pobres e os beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família pela sua precária condição de vida.

O Projeto Neoliberal, segundo autores como Montañó (2002),

(...) confecciona esta nova modalidade de resposta à “questão social”, quer acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com seu financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um). Cria-se, em substituição, uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferente segundo o poder aquisitivo de cada um. Tais respostas não constituiriam direito, mas uma atividade filantrópico/voluntária ou um serviço comercializável assim como a qualidade dos serviços responde ao poder de compra da pessoa, a universalização cede lugar à focalização e descentralização, a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada à auto-ajuda e ajuda mútua.

Ao individualizar os problemas sociais e a destacarem “os méritos” daqueles que alcançaram uma melhoria de vida (até mesmo no frágil, mas principal vínculo empregatício local que é a prefeitura), não percebem que as respostas para o enfrentamento das expressões da questão social são de ordem macroestrutural sob uma forte influência das lógicas neoliberais em detrimento da omissão estatal. Consequentemente, culpabilizam as famílias, as populações tradicionais, os mais pobres e os beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família pela sua precária condição de vida e até pelo baixo IDH referenciado.

Dentre as legislações sociais pouco conhecidas e compreendidas tem-se o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O conhecimento errôneo a seu respeito faz com que a evasão escolar, a indisciplina, o ato infracional e o bullying sejam tratados da mesma forma e sob o mesmo crivo analítico. Também culpabilizam o ECA por “tirar” a autoridade dos educadores e dos pais, justamente por não apontar “penas” mais duras e rígidas para o segmento infanto juvenil. Desconhecem o processo de construção sócio-histórica desse documento e, substancialmente, a necessidade da mudança de conteúdo entre as legislações que ora puniam e violentavam os filhos de famílias pobres ou monoparentais, e ora os viam como sujeitos de



“dó” e piedade, portanto, de carências, a serem atendidas e tuteladas de forma assistencial pelo Estado e pelo mundo jurídico.

Esse é um campo identificado para o início de um longo processo de formação, educação permanente e intervenção social. Não significa conduzir ou manipular o pensamento das pessoas nessas situações adversas, mas, contribuir, por meio de ações específicas como cursos, oficinas e capacitações, para que os sujeitos sociais “tomem posse do real, constituindo-se um olhar mais crítico possível da realidade” (BAQUERO, 2012). Como sinalizar Freire (1987, p.207) só “mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história”. Essa ação já começou a ser realizada coletivamente em cada município. A informação e o conhecimento enquanto “instrumento de poder” já faz parte do processo de intervenção social realizado por meio do Projeto 10envolver.

A priori, sobre a necessidade de formação permanente e capacitação, já se indicou a importância dos regimentos e estatutos das associações, conselhos e colegiados demarcarem a sua exigibilidade e frequência. Não obstante, foi demandado nos trabalhos em grupo que esses ciclos formativos sejam adequados às realidades locais, sejam realizados nos próprios municípios de forma a envolver o maior número de pessoas possível. O fomento às atividades intersetoriais e em parceria também foram pontuado em todos os momentos.

Por fim, a terceira etapa do Projeto 10envolver se sustenta nos resultados das duas fases anteriores. Todo o conhecimento produzido, todas as análises feitas, todo o material coletado e intervenções sociais realizadas serão apresentados à população e às instâncias de participação popular de cada localidade. Intenta-se, por meio disso, criar espaços para apreensão, discussão, manifestação de opiniões e de trocas sociais.

A ideia é superar o “localismo” e o “isolamento” desses territórios, a fim de construir redes sociais “em torno de temas comuns – questão urbana, meio ambiente, gênero, desenvolvimento local, cooperação, cidadania, segurança alimentar, entre outros – fortalecendo-se com a troca de experiências, informações e, em alguns casos, ações conjuntas” (TEIXEIRA, 2001, p.72). Com isso, construir-se-ão os planos de intenções e os projetos de ação adequados para as necessidades de cada um desses territórios mineiros com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.



3. Considerações finais

Apesar de o termo “desenvolvimento” permitir uma gama de aplicações e entendimentos, soando muitas vezes como uma “promessa” de um dado futuro necessário, demarca-se o seu significado, enquanto instrumento de promoção da melhoria da condição de vida, e do bem estar, de todos os munícipes situados em cada um dos 05 municípios do Norte de Minas com menor IDH. Trata-se de qualificar esse substantivo evidenciando a necessidade do desenvolvimento humano e social adequado para essas localidades.

O projeto 10envolver, coordenado pela CIMOS em parceria com as instituições de ensino superior, como a UNIMONTES, não é apresentado, nos espaços de sua disseminação, como uma “promessa”, e sim, como uma possibilidade de ação coletiva com vistas a contribuir para o fortalecimento das instâncias de participação popular, para articulação dos movimentos existentes e para a promoção do empoderamento social.

Compartilha-se dos argumentos de Baquero (2012, p.184) para quem o empoderamento se relaciona com as noções de cidadania, democracia, direitos humanos e participação. No entanto, este não se limita apenas a essas noções preliminares por envolver “o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens – econômica política e cultural – que conformam a realidade, incidem sobre o sujeito”. É um esforço coletivo para mudanças de percepções, mentalidades e ação que, portanto, se inicia.

É também por meio do Projeto 10envolver que a interdisciplinaridade se legitima fortalecendo às nuances do ensino, pesquisa e extensão universitária atendida com as demandas, necessidades e dinâmicas institucionais e das comunidades. É a partir dos resultados apresentados, e da percepção comum que se tem o indicativo da construção de uma mesma “axiomática” de trabalho.

Por sua vez, o NEPISS, enquanto núcleo de extensão da UNIMONTES, ao ter os seus profissionais inseridos no Projeto 10envolver, cumpre os seus objetivos de construir um centro de referência com fins de estudos, pesquisas, capacitações técnicas e profissionais, assessorias a projetos e às instituições públicas e órgãos da sociedade civil que atuam no campo das Políticas Públicas e Sociais. Acrescenta-se o objetivo de identificar, através de pesquisas, as demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.



Tais anseios são condizentes com a dimensão ético política do Serviço Social, em especial, por essa profissão reconhecer a liberdade como valor ético central e como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí a emancipação, a autonomia, a necessidade de melhoria das condições de vida e a plena expansão dos direitos sociais, numa nova ordem societária que não fomente nenhum tipo de discriminação, principalmente quanto às questões de classe, etnia ou gênero.

Como visto, este é o início de um longo processo de conscientização crítica que se inicia envolvendo os principais beneficiários de quaisquer ações, a partir de um objetivo e Projeto comum intitulado “10envolver”.

4.Referências

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. In: *Revista Debates*, v.6, n.1. Porto Alegre: UFRGS, jan.-abr. 2012. p. 173-187.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1981.

_____. *Ação cultural para a libertação e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FONSECA, K. N. *O que é controle social?*. In: webartigos. “Disponível em” <http://www.webartigos.com/articles/23288/1/O-que-e-Controle-ocial/pagina1.html>>. Acesso em 28 de maio de 2011.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. *Problematizando o conceito de empoderamento*. In: ANAIS DO II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2007. p.485 – 506.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KLIKSBERG, Bernardo; RIVERA, Marcia. *El Capital Social Movilizado contra la pobreza: La experiencia del Proyecto de Comunidades especiales en Puerto Rico*. 1ª ed. Buenos Aires: Clacso, 2007.

LIMA, Paulo César Vicente de. *O Ministério Público como instituição potencializadora do desenvolvimento sustentável: reflexões a partir de experiências na Bacia do Rio São Francisco-*



MG. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS. Montes Claros: UNIMONTES, 2009.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor. In: *Revista Lutas Sociais*, n. 8. São Paulo: Pulsar, 2002. p. 53-64.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, João Paulo. A Crítica conservadora a Reconceituação. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 5. São Paulo: Cortez, 1981.

POMBO, Olga; LEVY, Teresa Levy; GUIMARÃES, Henrique. Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas. In.: *A Interdisciplinaridade: Reflexão e Experiência*. Lisboa: Texto, 1993. p.8-14.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano 2013*. PNUD. “Disponível em” <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso no dia 13/05/2014.

PUTNAM, Robert D. et al. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 2ª ed. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 2ª ed. São Paulo: Cortez: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.